

Áudio-Descrição: uma possibilidade em Tecnologias Assistivas situada no campo das representações e dos afetos

Audio-Description: a possibility in Assistive Technologies located in the field of representations and affects

Audiodescripción: una posibilidad en las tecnologías de asistencia ubicadas en el campo de las representaciones y los afectos

Regiane Cristina de Souza-Fukui
Universidade Estadual de Maringá
rcsouza@uem.br

<https://orcid.org/0000-0003-1585-8360>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a áudio-descrição (A-D) enquanto tecnologia assistiva (TA), considerando além dos aparatos tecnológicos as relações humanas construídas e transformadas a partir daquele contexto. Conta com reflexões acerca das tecnologias e das tecnologias assistivas, e os seus respectivos impactos no cotidiano das pessoas. Utilizamos a pesquisa documental, bibliográfica, e alguns elementos provenientes de dados empíricos. O direcionamento teórico metodológico é a Teoria das Representações Sociais, na perspectiva qualitativa, e em diálogos com outros autores que preconizam sobre os afetos e a linguagem. Quanto aos resultados obtidos, analisamos que a A-D é um campo ainda em construção (os cursos formadores ainda são incipientes e a profissão não é legalmente reconhecida) e que merece ser investigado e aprofundado. Concluímos que a A-D, embora seja considerada uma tecnologia assistiva é fundamentada no campo relacional (proveniente das representações, dos afetos e da linguagem), advinda do que nomeamos contrato afetivo.

Palavras-chave: Afetos. Áudio-Descrição. Deficiência. Representações Sociais. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

This article aims to analyze audio description (A-D) as assistive technology (AT), considering human relationships built and transformed within this context, in addition to technological devices. Reflections on general technologies, as well as assistive technologies, and their respective impacts on people's daily lives are made. We use documentary and bibliographic research, as well as some elements taken from empirical data. The theoretical and methodological direction adopted is the Theory of Social Representations, from a qualitative perspective, and its relations with authors who uphold affects and language. The results reveal that A-D is a field that is still under construction (training courses are still incipient and the

profession is not legally recognized) and deserves to be investigated and further expanded. We conclude that although A-D is considered an assistive technology, it is based on the relational field (representations, affections and language), resulting from what is referred to as an affective contract.

Keywords: *Affections. Assistive Technology. Audio Description. Deficiency. Social Representations.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la descripción de audio (A-D) como tecnología de asistencia (AT), considerando, además de los dispositivos tecnológicos, las relaciones humanas construidas y transformadas a partir de ese contexto. Tiene reflexiones sobre tecnologías en general y tecnologías de asistencia, y sus respectivos impactos en el cotidiano de las personas. Utilizamos investigación documental, bibliográfica y algunos elementos provenientes de datos empíricos. La dirección teórica y metodológica es la Teoría de las Representaciones Sociales, desde una perspectiva cualitativa, y en diálogo con otros autores que abogan por los afectos y el lenguaje. En relación a los resultados obtenidos, analizamos que A-D es un campo aún en construcción (los cursos de capacitación aún son incipientes y la profesión no se reconoce legalmente) y merece investigación y profundización. Concluimos que A-D, aunque se considere una tecnología de asistencia, se basa en el campo relacional (de representaciones, afectos y lenguaje), que resulta de lo que llamamos un contrato afectivo.

Palabras clave: *Afectos. Descripción de audio. Discapacidad. Representaciones sociales. Tecnología de asistencia.*

Introdução

Iannone (2007) conta uma história na qual, o leitor, considerando uma primeira leitura, muito provavelmente não saberia se o texto é uma ficção ou um simples registro baseado em fatos reais. O texto é instigante, pois nos proporciona (não somente o público infanto-juvenil, que é o público-alvo) um envolvimento com a história.

Ao descrever o personagem Fernando, adolescente tímido, e em especial nas relações externas ao seu ambiente familiar, a autora também nos apresenta um garoto sensível no tocante às possíveis necessidades de uma outra personagem: a Vó Bisa. Esta senhora, com idade avançada – com memória e afetos preservados quando se trata de recordar os momentos vividos à época em que ela ainda era jovem – forma uma dupla com seu neto Fernando.

A dupla tem uma atuação de parceria, isto é, tanto um quanto o outro conseguem captar quando algo não está bem, ou quando a felicidade paira no ar. Para o Fernando as sensações, isto é, o modo como capta as informações provenientes do meio em que vive e

atua, são proporcionadas pelos órgãos dos sentidos. Para a Vó Bisa, a visão não pode ser considerada em equidade se comparada com o netinho; afinal, ela não enxerga.

Mas como pode a Vó Bisa saber o dia em que Fernando discutiu com um colega na escola? Como ela tem a sensação de que ele está feliz se não vê as possíveis expressões que demonstrariam tal fato? Ela própria explica que não vê com os olhos, mas com o coração; com isso, esclarece que as relações humanas são cheias de sentidos, de representações.

O garoto Fernando, impressionado com uma das histórias que a Vó Bisa contou sobre a juventude dela, tentou reproduzi-las, na escola, a partir de fotos e recortes de jornais, que pertenciam à vovó. Aqueles materiais estavam guardados dentro de uma caixinha repleta de objetos, e que retratavam o período que fora lembrado.

A lembrança que a Vó Bisa trouxe foi, em especial, a de um Cometa, e a descreveu detalhadamente ao compartilhá-las com seu neto. Ela tinha conhecido o Vô Biso, eles namoraram e viveram juntos por muitos anos; neste sentido, aquele evento (o Cometa) teve representações concretas e simbólicas; como tal, carregada de afetos.

O menino, ao receber uma tarefa na escola – que constituía em escrever, desenhar, encontrar possíveis formas de expor os conhecimentos sobre o Cometa Haley – refletiu, elaborou, sentiu e mergulhou em um empreendimento: representar o referido Cometa de um modo que a Vó Bisa pudesse ver... e de um modo que a vovó pudesse sentir, isto é, enxergar “Com a ponta dos dedos e os olhos do Coração”¹.

Nosso personagem não conhecia as Tecnologias Assistivas (TAs) que, de acordo com Bersch (2017), são alguns meios, por exemplo, aparelhos específicos e softwares especializados, que auxiliam na aprendizagem e no desenvolvimento daqueles que possuem alguma deficiência.

Segundo a autora, também faz parte do campo das TAs o auxílio proveniente do contato e do apoio de uma pessoa para com a outra, com o objetivo de auxiliar na aprendizagem (sendo a partir dos bancos escolares ou não). Neste contexto, parece que o personagem Fernando muito contribuiu para as reflexões acerca das TAs; especificamente, aquelas provenientes do campo relacional – afetivo.

Além disso, partimos da hipótese de que, para que uma Tecnologia Assistiva (TA) seja eficiente, há que se considerar as possíveis e diversas representações que os usuários das referidas tecnologias terão sobre as mesmas, ou as possíveis e diversas representações que serão construídas entre o usuário e aquele que desempenhará a função em TA (quando

¹ Título do Livro no qual é descrito aquela história.

esta estiver relacionada a um processo ou técnica e não exatamente a um equipamento). A exemplo disso, podemos citar a áudio-descrição (A-D) que, de acordo com Queiroz (2010), é mais do que a transformação de imagens em palavras. Para exercer a função de áudio-descritor, há que conhecer – previamente – o universo daquilo que será descrito. A experiência não será apenas para o receptor da áudio-descrição (pessoa com deficiência) mas igualmente para o áudio-descritor; as representações são construídas a partir dos processos que são relacionais.

Conforme Moscovici (2007), a Teoria das Representações Sociais (TRS) foi fundada no contexto da Psicologia Social e, como tal, articula conhecimentos tanto da Psicologia quanto das Ciências Sociais. Mais do que articular aquelas áreas do conhecimento, a TRS, enquanto direcionamento teórico-metodológico, não propõe a cisão entre o universo interno-externo, sujeito-objeto, simbólico-concreto. Diferentemente disso, Moscovici (1978, 2007) instiga à reflexão sobre a dialética presente nas construções das representações: em igual medida, somos os construtores e os construídos na(s) e pela(s) história(s) que vivemos no cotidiano. Conforme Motta e Romeu Filho (2010), um trabalho em A-D é uma experiência que, além de estar inserida no campo das TAs, é igualmente fundamentada nas relações existentes entre o usuário daquela tecnologia e o profissional que atua em tal contexto.

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa documental, bibliográfica e alguns elementos provenientes de dados empíricos, objetivando analisar a A-D, enquanto TA. Considera-se que, além dos aparatos tecnológicos, as relações humanas são construídas e transformadas a partir da A-D.

Os estudos e as reflexões que deram origem a este texto não estão situados e relacionados exclusivamente no campo da experiência profissional desta autora; não se trata de um relato de experiência. Diferentemente disso, a título de ilustração e enriquecimento das reflexões teórico-práticas, descreveremos uma experiência situada no campo das TAs, mais especificamente a A-D.

Neste sentido:

No entanto, não basta seguir um método e aplicar técnicas para completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento, precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada. É que a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com

dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real. (SEVERINO, 2007, p. 100).

Não houve opção por uma abordagem específica nos universos da TRS; estabelecemos possíveis diálogos entre os principais conceitos daquela teoria e os da filósofa húngara Agnes Heller (1929-2019). Algumas ideias e conceitos de outros autores, em especial aqueles que tecem considerações acerca do desenvolvimento da linguagem, também foram utilizados.

Ressaltamos que, para Gonzalez Rey (2005), a perspectiva qualitativa “[...] se baseia na produção de sentido desenvolvida num processo constante no relacionamento mantido entre pesquisador e pesquisado.” (p. 12).

Temos como hipótese inicial a ideia de que as representações são essencialmente afetivas; carregadas de sentimentos, afetos ou emoções. Não temos a intenção de conceituar ou diferenciar aqueles três elementos, mas sim de problematizar a complexidade da formação, manutenção e/ou transformação das representações sociais, a partir de um trabalho em A-D.

Além disso, o contexto em A-D, seja ele a partir de filmes, seja de teatros, óperas e outros recursos, assume a função de conhecimentos que é compartilhado e desenvolvido em um contexto de aprendizagem. Para Moscovici (2007), “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações.” (p. 40). Neste sentido, o autor enfatiza a construção social dos saberes (criados nos grupos) e a construção dos saberes sociais (partilhados pelos grupos).

Para a análise e discussão dos resultados, Agnes Heller, Moscovici, Wagner e demais autores relacionados a essa proposta de trabalho, auxiliaram nas reflexões acerca da TRS e o campo dos afetos, conforme os objetivos inicialmente propostos.

Um dia para ser lembrado...

Em novembro de 2019, recebi um telefonema. Ao identificar a origem da chamada, pareceu-me que o assunto seria corriqueiro, isto é, sobre o trabalho e/ou os projetos de Pesquisa e Iniciação Científica que conduzimos no local onde trabalha a pessoa que iniciou a chamada telefônica. Para minha surpresa, era uma temática diferente da que eu habitualmente estava acostumada. A pessoa, que aqui será nomeada de *Maria*, é responsável pela empregabilidade de pessoas com deficiência, em uma Agência de Emprego situada em uma cidade da região noroeste no Estado do Paraná. Além daquela atividade, é uma militante na temática deficiência, e – como tal – participaria de um evento cujo objetivo

era o encerramento do ano de 2019 junto às diversas instituições que, de algum modo, trabalham com a temática deficiência.

Este evento se constituía de um empreendimento artístico, ou seja, apresentações como canto, dança, a execução de instrumentos musicais, dentre outras atividades seriam apresentadas pelas pessoas com deficiências diversas ao público convidado (amigos, pais, professores e sociedade civil interessada no evento). Para tal, seria necessário que algumas pessoas que pudessem fazer a A-D de tal evento para as pessoas cegas ou com baixa visão. Então, naquele momento recebi o convite para ser áudio-descritora e, embora trabalhe com a temática deficiência desde os meus tempos de graduação (há mais de vinte anos), naquele momento me senti inexperiente e com grande necessidade do compreender como poderia (e senti que deveria) aceitar aquele convite.

Para tanto, imediatamente me perguntei: será que a A-D poderia ser considerada uma TA? Como fazê-la considerando minha orientação teórico-metodológica – a Teoria das Representações Sociais?

E seguimos para as reflexões provenientes daquelas duas questões, e que nos deram condições de atuar naquele empreendimento.

Diferenças e aproximações entre as tecnologias e as tecnologias assistivas: um destaque à áudio-descrição

Nos tempos atuais, boa parte de nossas ações são mediadas pela tecnologia e, por vezes, temos a impressão de que o cotidiano sempre foi situado e organizado desta forma, ou ainda, de que a tecnologia é composta apenas de aparatos diversos que nos possibilitam a execução das atividades diárias de modo facilitado.

Conforme Heloani (2003, 2006), desde a Revolução Industrial Inglesa (1760-1840), temos vivido paulatinamente mudanças nos hábitos cotidianos. Com as produções em larga escala, foram criados os recursos que temos (carros, computadores, *smartphones*, etc.) para nos auxiliar em diversas atividades. Substancialmente à forma como o trabalho foi e está socialmente organizado, e em períodos específicos da história, encontra-se circunscrito nosso modo de viver e conviver.

Neste sentido, as transformações tecnológicas, em especial aquelas advindas da década de 1990 do século passado, alteraram significativamente a vida das pessoas. De acordo com Fischer (2002) e Pinto (2007), naquele período, houve mudanças acerca da tecnologia da informação perpassando nosso cotidiano e nossa história.

Quanto ao cotidiano, basta lembrarmos das instituições bancárias; até aquele período possuíam número significativo de trabalhadores na função de Caixas e que – paulatinamente – tiveram seu protagonismo quase que substituído pelos caixas eletrônicos, além, é claro, do acesso dos clientes à internet para a movimentação da conta bancária. As secretárias em consultórios, outro exemplo, foram, aos poucos e em muitos lugares, substituídas pelas secretárias eletrônicas. Muitos serviços foram substituídos pelo autoatendimento, modalidade na qual o trabalhador passou a ser um item dispensável.

Considerando aquele cotidiano descrito, a história ficou marcada, conforme sinaliza Rifkin (1995), por um período de desemprego, de uma força de trabalho que existia, mas que deveria ser “reinventada”. Neste sentido, Heloani (2003, 2006), Pinto (2007), Fischer (2002) e Pochmann (2001) nos alertam que o discurso do empreendedorismo tomou conta dos anos subsequentes. Ser empreendedor significou (e ainda significa) não ter um emprego formal; ter que – individualmente – ser responsabilizado quanto ao possível empreendimento que deverá criar e manter. Isso nada mais é do que o sistema capitalista de produção que, de forma perversa, cria e mantém a culpabilização do indivíduo, em nome de um Estado neoliberal, que não cumpre com sua função mediante o bem-estar social e transforma o trabalhador em peça descartável.

Antes do desenvolvimento do computador, por exemplo, não poderíamos sequer imaginar um software que facilitasse a leitura de textos para os deficientes visuais. Provavelmente muitas pessoas não enxergavam de modo nítido e nem sabiam disso, pois os exames apurados acerca dos níveis da visão só foram possíveis a partir do desenvolvimento tecnológico.

Muito provavelmente uma pessoa acometida por uma deficiência física e que necessitasse de uma cadeira de rodas para se locomover estava fadada e ficar dentro de casa, abstando-se de tantas relações humanas, sociais.

Deste modo, analisamos que as tecnologias possuem funções contraditórias e também complementares à transformação da e na vida humana: sendo por elas e a partir delas, que muitos trabalhadores precisaram encontrar outras formas de trabalhar; ou ainda, o auxílio que elas possibilitaram à outras tantas pessoas que, por uma condição transitória e/ou permante, fizeram e fazem uso daqueles meios como possibilidades para os enfrentamentos dos desafios da vida cotidiana.

Assim, conforme Bersch (2017), todo aparato tecnológico, ou ações cotidianas que objetivam a melhoria das condições daqueles que possuem alguma deficiência, e portanto,

da qualidade de vida daquelas pessoas, podem ser considerados como Tecnologias Assistivas (TAs).

A autora enfatiza que as TAs não é (e não devem ser) para uso exclusivo de pessoas com deficiência, e, diferente disso, deve ser um recurso utilizado por todos àqueles que, por uma condição específica, necessitam de um auxílio para desenvolverem suas atividades corriqueiras, ou ainda, para se sentirem melhor e mais integrados no contexto social em que vivem.

De acordo com Nazari, Nazari e Gomes (2017), as TAs são compostas por técnicas, procedimentos ou processos que viabilizam a autonomia (o quanto possível e de acordo com cada caso) para que as pessoas, especialmente as pessoas com deficiência, consigam desenvolver suas atividades diárias.

Ainda, conforme os autores:

Para que a sociedade seja verdadeiramente inclusiva e participativa, hoje, mais do que nunca é necessário proporcionar a todos os cidadãos oportunidades de desenvolvimento das competências necessárias para saber se comunicar e compreender as informações no dia-a-dia. Sabemos que o uso das tecnologias na educação tem se tornado importante recurso para favorecer o processo de ensino e aprendizagem a todos os sujeitos, inclusive das pessoas com deficiência. (NAZARI; NAZARI; GOMES, 2017, p. 1).

Tanto no processo de educação escolar quanto em todos os locais nos quais o processo ensino-aprendizagem (considerando a dialética e a não cisão entre sujeito-objeto conforme preconiza a TRS) pode acontecer, o uso das TAs assume o ponto de relevância para tal contexto.

Conforme Vargas e Abbad (2006) e Pilati (2006), o ambiente laboral enquanto contexto social, pode ser definido como um local no qual a aprendizagem e também o ensino se fazem presentes e necessitam dos auxílios proporcionados pelas TAs. Os processos de treinamento, desenvolvimento e capacitação de pessoas nas instituições ou organizações são elaborados e sustentados por alguns pilares a saber: informação, instrução, treinamento, desenvolvimento e educação.

Para além de uma definição e distinção dos conceitos, aqueles elementos funcionam em uma perspectiva de aplicação prática: para o processo de organização e transmissão dos conteúdos por parte das instituições, bem como para a aquisição daqueles conteúdos por parte dos trabalhadores. Salientamos que – na atualidade e, considerando os objetivos de

cada evento de treinamento e os objetivos das instituições que os elaboram – aqueles são realizados a partir do auxílio da tecnologia.

O exemplo descrito não caracteriza as instituições enquanto provedoras de tecnologias assistivas; sim de tecnologias que objetivam facilitar a transmissão e a aquisição de conteúdos específicos, relacionados ao ambiente de trabalho e com objetivos previamente definidos. Sem alguns equipamentos, procedimentos ou técnicas, muito provavelmente os trabalhos seriam desenvolvidos, mas com algumas alterações no tocante à qualidade ou à possibilidade de acesso remoto ou ainda a outros fatores.

Em outra perspectiva, as TAs, em alguns casos, não funcionam como facilitadores do processo ensino-aprendizagem, ou de qualquer outra possibilidade de convívio e inserção social (como é o caso do trabalho). Mais do que isso, elas são determinantes para que tais eventos sejam possíveis.

Conforme Franco e Silva (2010), a A-D está inserida na categoria das TAs. Em alguns casos como, por exemplo, a A-D elaborada para os filmes ou os demais programas televisivos, há um roteiro específico, com momentos exatos nos quais o áudio-descritor irá detalhar, e por vezes, contextualizar cada cena. A utilização de aparatos tecnológicos, nem sempre se fará necessária ou obrigatória, no entanto, ainda assim a A-D está inserida no campo das TAs.

A A-D de uma ópera ou teatro são exemplos disso. Elas ocorrerão a partir da fala do áudio-descritor, que estará situado a uma distância física mínima do usuário da A-D para que este possa ouvir; assim criar uma imagem mental que o possibilite enxergar a partir dos olhos e da fala do áudio-descritor.

Seemann (2019) e Franco e Silva (2010) apontam os benefícios provenientes daquele evento (áudio-descrição) explicando que, à medida em que as pessoas se sentem mais integradas com o mundo visual, ganham maiores condições de conversar com outras pessoas sobre os filmes, teatros e eventos diversos.

Em geral, passam a expressar as suas opiniões, podendo sugerir e travar possíveis diálogos com as pessoas videntes, e tal feito poderá ter impactos salutareos para o desenvolvimento e transformação daquilo que elas pensam sobre si mesmas, sobre os outros e – em especial – sobre o mundo que é essencialmente visual. Neste sentido, sinalizamos que a áudio-descrição, além de ser uma TA, poderá ter a função das transformações de tantas e possíveis representações.

Há um outro elemento que acreditamos que mereça ser aprofundado, ou talvez aqui, em função dos objetivos e proposta desse texto, mereça ser sinalizado: a formação do áudio-descritor.

Conforme Seemann (2019):

A A-D não é mera descrição em áudio. É uma tecnologia assistiva e segue critérios específicos que empoderam o público-alvo. A A-D não julga, interpreta ou explica. Ao traduzir imagem em palavras, o objetivo da A-D é o empoderamento de seu público. Empoderar uma pessoa com deficiência visual por meio da A-D significa dar para essa pessoa as mesmas informações visuais relevantes que um vidente recebe ao olhar para algo. A A-D descreve da forma mais objetiva possível o evento imagético, para que a pessoa com deficiência visual possa formar uma imagem mental desse evento e, assim, fazer o seu próprio julgamento. (SEEMANN, 2019, p. 02-03).

Cabe-nos refletir e assinalar que a maneira pela qual a mensagem em uma A-D é recebida. Essa mensagem poderá não ser equívoca à intenção do áudio-descritor no momento em que proferiu a fala. De acordo com Araújo (2010), Franco e Silva (2010), este campo do conhecimento (A-D) está situado na modalidade de comunicação intersemiótica, o que significa que a transmissão dos elementos visuais deverão obedecer a critérios e serem descritos com a máxima objetividade possível, não sendo cabível uma descrição acompanhada da interpretação do áudio-descritor.

Neste sentido, enfatizamos a necessidade de cursos especializados e formação na referida área; ainda – em certa medida – incipientes.

Três têm sido os modelos utilizados para a formação em AD: o treinamento através de cursos de curta duração ministrados por audiodescritores com experiência de mercado; o treinamento em serviço promovido por empresas que trabalham com AD; e a formação acadêmica, em geral na forma de módulos em cursos de mestrado em Tradução Audiovisual, ou cursos certificados em nível de extensão. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 30).

As autoras publicaram este texto há dez anos, o que, talvez, para o panorama em análise – o campo de formação dos áudio-descritores – informações e dados poderiam ter sido alterados. Buscamos outras informações como, por exemplo, contato via e-mail com uma Universidade pública no Estado de São Paulo, na qual o curso de áudio-descrição é ofertado em seu departamento de idiomas. Aquele curso é composto por uma carga horária

de 180 horas e é oferecido na modalidade de Curso de Extensão, conforme preconizam as autoras Franco e Silva (2010).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2002) expõe as atividades profissionais existentes em nosso país; no entanto, não é da competência daquele órgão a distinção entre as profissões que são regulamentadas ou aquelas cujo exercício profissional ainda não foram. No tocante à profissão de áudio-descritor, a CBO apresenta uma descrição sucinta e – inclusive – localizada na mesma classificação numérica da profissão dos Intérpretes de Língua de Sinais, como se as atividades distintas fossem a mesma, exigindo as mesmas competências.

Assim, diferentemente do processo de descrição das atividades profissionais, a regulamentação das profissões acontece mediante os Projetos de Lei (PL), e a apreciação é feita pelo Congresso Nacional e submetida à sanção do Presidente da República.

O Projeto de Lei n. 5156/2013 (BRASIL, 2013) dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de áudio-descritor, mas, após os trâmites para os órgãos competentes, até o mês de junho do ano passado (2019), nada foi alterado, significando que a aquela profissão continua sem regulamentação específica. Não há conformidade e consenso quanto à necessidade específica de formação, carga horária de trabalho semanal, condições de trabalho, piso salarial, dentre outras medidas.

Diante dos percalços existentes para a formação específica em áudio-descrição, bem como para as lutas para a transformação de um Projeto de Lei em Profissão devidamente regulamentada (o que ainda não ocorreu), e lembrando o desafio de ter desempenhado a função de áudio-descritora, me apoiei na Teoria das Representações Sociais para assumir, desenvolver e me apropriar daquele trabalho.

A Teoria das Representações Sociais: os afetos e a linguagem

A TRS foi fundada pelo Psicólogo Social Serge Moscovici (1928-2014), na França, em meados do século passado. Situada na intersecção da Psicologia e das Ciências Sociais, possibilitou o aprofundamento teórico e metodológico necessário, para a realização do trabalho em A-D. Buscamos referenciais que nos dessem subsídios para refletir e ressignificar a formação das representações, a possibilidade de manutenção e/ou transformação daquelas representações, os aspectos relacionados à linguagem e os afetos envolvidos naqueles processos.

Considerando a não cisão entre o contexto concreto (representado pelo mundo no qual estamos situados) e o simbólico (as nossas apreensões subjetivas ou ainda a interpretação acerca daquele mundo concreto), conforme preconiza a TRS, mergulhamos na compreensão dos processos afetivos.

Conforme Souza (2019), “Os chamados afetos, sentimentos ou emoções são elementos que compõem nossas vivências com outras pessoas, com o mundo e conosco. São os responsáveis pelos modos como nos posicionamos em todas as circunstâncias, como no trabalho, nas relações familiares e outras.” (p. 45).

Brandão (2012) descreve que a temática afetos não é algo novo; em outra perspectiva, os filósofos da Grécia Antiga já traziam aquela temática em suas reflexões. Sem adentrarmos especificamente à Filosofia, dando um salto cronológico na história, encontramos – em Darwin (2009) – uma explicação biológica para os afetos: de algum modo, o corpo humano irá expor de maneira visível aquilo que sente (voz trêmula, palidez ou ruborescimento, etc).

Muito nos inquietou a perspectiva Darwiniana acerca dos afetos, como se eles fossem iguais para todos os humanos. Esta afirmação nos coloca em uma condição de negar a sobreposição da cultura na construção e/ou transformação dos modos de vivenciar e evidenciar (ou não) os afetos. Diferente da perspectiva darwiniana, Tomanik (2015), Brandão (2012) e Heller (1993) expõem que os afetos são compreendidos como experiências individuais, mas construídas no campo social.

Tanto Mosovici (1978, 2007) quanto Heller (1977, 1993, 2017) enfatizam o cotidiano como o lugar onde as relações humanas – igualmente concretas e simbólicas – se constroem e se transformam. Os autores não desconsideram a história e as contradições enquanto os impulsionadores dos diversos contextos e das transformações humanas; portanto, sociais. Mas para eles, a ideia essencial é que a história de cada um se desenvolve no e pelo próprio cotidiano.

Conforme Mosocovici (2007), há dois processos complementares sobre os quais as nossas representações vão sendo diariamente construídas e estruturadas: a objetivação e a ancoragem. Ao primeiro deles, temos a definição de que é a transposição do abstrato para o concreto – a internalização de algo, conforme a apreensão e os conhecimentos prévios do sujeito. Já a ancoragem significa que as objetivações serão identificadas e armazenadas com aquilo que já é familiar – com as referências prévias que cada um possui. Mais do que um simples armazenamento, a ancoragem confere um sentido às objetivações.

Assim, a TRS parece ter duas vertentes a serem consideradas: as Representações Sociais contemplam as representações individuais e culturais; em sentido diverso, um amontoado de representações individuais e processos culturais não são suficientes para compor o universo de um grupo reflexivo em Representações Sociais (RS).

Para Wagner (2000), “um grupo reflexivo é entendido como um grupo que é definido pelos seus membros [...]” (p. 11). Logo, o próprio grupo dispõe de critérios para decidir quem são os seus participantes; talvez nem ele mesmo tenha clareza disto; nas práticas cotidianas, de algum modo, isto é evidenciado. Afinidade entre os membros, no que se refere à coerência das práticas grupais, é um elemento que caracteriza este grupo.

Para o mesmo autor, nem todos os grupos se constituem como reflexivos, por isso podem não compactuar com representações semelhantes. A esses outros grupos, o autor classifica como nominal; para exemplificar: um grupo de trabalhadores, um partido político, um grupo de alunos. Ser um membro daqueles grupos não significa compartilhar pressupostos elementares sobre temas pertinentes e específicos a cada grupo.

Pertencer a um grupo não – necessariamente – significa compartilhar representações sociais. Analisar a dinâmica do grupo, sua forma de funcionar e possíveis dificuldades vivenciadas pelo grupo, por exemplo; compreender as estratégias criativas que surgem (a partir dos próprios membros/participantes) para solucioná-las, pode dar pistas sobre os mecanismos de funcionamento daquele grupo; inclusive, compreender se o grupo dispõe de características pertinentes aos grupos reflexivos ou nominais.

Neste sentido:

[...] as Representações Sociais, ao contrário dos conhecimentos científicos, não têm a função nem a pretensão de fornecer explicações, a não ser aquelas que sejam necessárias e suficientes para que os participantes de um grupo possam saber ou decidir como agir diante dos desafios e das possibilidades apresentadas e eles pelo mundo em que vivem. (TOMANIK; SOUZA, 2017, p. 73).

E o que impulsiona um sujeito a agir e intervir nos possíveis contextos sociais em que vive e convive? É a implicação.

Conforme Heller (1993), “sentir significa estar implicado em algo.” (HELLER, 1993, p. 15). A autora defende a ideia de que jamais seremos indiferentes a tudo o que nos acontece, e a tudo o que está ao nosso redor. Certamente os níveis de implicação não serão os mesmos para todas as pessoas, e em todas as situações que cada um/uma vive e convive.

A autora ainda nos esclarece que à medida que algo se torna o centro de nossas atenções, aquele algo assume a posição de figura, pois está em evidência; enquanto qualquer outra temática de nosso cotidiano assumirá a posição de fundo, funcionando então, como um pano de fundo dos nossos investimentos afetivos.

Neste sentido, estar implicado é sinônimo de ser ou estar afetado por algo. Coerente com sua opção não dualista de pensamento, a autora considera ainda que “atuar, pensar, sentir e perceber são, portanto, um processo unificado.” (HELLER, 1993, p. 36). Nesta perspectiva, acrescentamos que o campo das construções afetivas é o mesmo campo da construção das representações, sejam elas sociais, sejam individuais ou culturais.

Tanto para Moscovici (2007) quanto para Heller (1993, 2017), os aspectos envolvidos na linguagem devem ser considerados. Heller (2017) enfatiza que tudo aquilo que trazemos à memória e relatamos, descrevemos, ou de algum modo nos comunicamos a partir de elementos contidos em nossas lembranças, tem o sentido de presentificar o que, a princípio, está ausente. A memória e as lembranças são elaboradas a partir dos afetos e suas diversas e possíveis representações, e nos impulsionam para uma atuação cotidiana.

Para Moscovici (1978), a linguagem não é expressa apenas pelos conceitos e por suas definições. Para além disso, os modos em que linguagem aparece (sendo falada, escrita, ou expressa por outras formas de comunicação) assumindo a função de uma representação da realidade.

Buscamos – em Vygotsky (2008) – reflexões acerca da construção e desenvolvimento da linguagem. Para o autor, a medida em que os humanos foram construindo diversos símbolos (ou signos) como forma de codificar algo que representaria um processo de comunicação: a decodificação; a interpretação da mensagem também fez parte do desenvolvimento daquele processo.

Aquele processo permitiu um salto qualitativo na história. A interpretação, a compreensão e – portanto – o pensamento, foram considerados de forma unificada. Receberam a denominação de funções psicológicas superiores.

Para Vygotsky (2008), aquelas funções psicológicas operam as maiores e mais significativas abstrações do mundo concreto em realidade individual e, ao mesmo tempo, cultural e social. Assim, além dos pensamentos, os afetos e as representações também são caracterizados como processos fundados e transformados a partir da linguagem.

Deste modo, não com o intuito de concluir esta temática (até porque isso não seria possível) mas de finalizar este trecho, analisamos que os afetos e as representações sociais

não são processos dissociados. Ao contrário disso, as representações são os afetos, e esses também são as representações – a implicação (aquilo que assume a posição de figura) que está a serviço das resoluções da vida cotidiana.

Algumas discussões e análises

Como vimos aqui, a A-D é uma das possibilidades em TAs. Diferente da modalidade que necessita dos aparatos tecnológicos, a A-D, sobre a qual discorreremos neste artigo, é construída no processo relacional existente entre o áudio-descritores e o seu público alvo. A linguagem é a primazia para a construção daquele campo.

No momento em que cheguei ao local para atuar como áudio-descritora, a *Maria* solicitou que eu fizesse uma descrição do ambiente do local onde estava o palco, a cor das cadeiras, etc. Naquele momento, pensei que falar sobre cor era algo complexo. Para a *Maria* que passou a conviver com a deficiência na vida adulta, isso faria sentido, mas para uma pessoa que convive com a deficiência visual desde o momento do seu nascimento, talvez isso não seja algo que deva ser descrito. E como saber o que deve ou não ser descrito? Como estabelecer uma espécie de “contrato afetivo”? Como identificar se o que estamos descrevendo faz algum sentido para o usuário e se obedece às características objetivas preconizadas pela A-D?

Não há outra forma de encontrar possíveis respostas àquelas questões que não seja considerando a linguagem. Seja ela falada, escrita, contendo signos com suas representações, é a partir dela e dos sentidos que – conjuntamente – serão elaborados e/ou ressignificados que a A-D será possível.

Naquela ocasião (evento em A-D), *Maria* pediu que eu me aproximasse dela e me disse que eu poderia “desenhar com os meus dedos” no seu antebraço como uma forma de reproduzir a dança que acontecia no palco. Bem, esta informação eu não tinha encontrado em qualquer material que havia lido acerca da A-D.

Coube-me perguntar os motivos pelos quais ela preferiria que eu representasse em formato de desenho ou imagem; após a minha questão, percebi que a minha pergunta era dispensável. Conforme Moscovici (1978, 2007), as representações são as práticas; com aquele pedido, *Maria* expressava as representações e os afetos sobre nossa construção relacional. Percebi que estar atenta ao que ela me dizia e aos sentidos atribuídos a isso seria a base para a construção e sequenciamento do evento em A-D.

Com o movimento dos meus dedos, assumindo formas dos eventos que artisticamente aconteciam no palco, *Maria* ancorava aquelas informações em algo que para ela era familiar. Naquele momento, ampliava compreensão e reflexão; novos sentidos estavam sendo construídos, tanto para ela quanto para mim. Associados aos movimentos, eu também descrevia o evento em tom de voz baixo e próximo aos ouvidos de *Maria*.

A contradição estava posta: era por meio do organismo biológico (aqui representado pelo contato físico no antebraço) que nos tornávamos o organismo social (informações, compreensão, pensamento, afetos, linguagem, possíveis e diversas representações).

Gonzalez Rey (2005) – quando discorre acerca das relações provenientes de um contexto de pesquisa – opõe-se à concepção de que as pessoas, por força das suas respectivas funções (que aqui são denominadas de áudio-descritor e usuário, ou ainda público alvo), construam uma relação bipartite ou ainda de sobreposição. Diferente disso, a A-D é um campo privilegiado para as construções e transformações de antigas representações para ambas as partes. À medida em que é possível dialogar, fazer da linguagem um bom uso quanto ao esclarecimento daquilo que acontece no contexto concreto, ganhamos possibilidades de revisitar e atualizar o contexto simbólico: o campo das representações e dos afetos.

À guisa das conclusões...

O desenvolvimento tecnológico alterou – significativamente – o modo de as pessoas viverem. Expostas às contradições acerca das tecnologias, e considerando as TAs como um salto qualitativo no que se refere à possibilidade de acesso das pessoas com algum tipo de deficiência desenvolver atividades cotidianas; a A-D, é concebida como um processo que está para além das definições tecnológicas.

Mesmo sendo considerada uma TA, em alguns casos específicos como a A-D de um teatro, ópera e outros eventos artísticos, ela não depende de um aparato tecnológico; sim, de um contexto relacional saudável, contruído a partir do que nominamos de contrato afetivo entre as pessoas envolvidas: áudio-descritor e usuário.

Para a construção daquele contrato, tipicamente fundando e circunscrito no campo das representações; portanto, dos afetos, deverão ser considerados tanto o direcionamento teórico-metodológico do áudio-descritor como a afinidade e o interesse pela temática. Em

especial, para com as pessoas com algum tipo de deficiência visual, além da empatia e formação específica na área.

Para este último tópico, ressaltamos a importância de novas pesquisas e criação de cursos – tanto nas modalidades já existentes, quanto na que implica elaboração ou revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos – no intuito de que este ideal seja representado no mundo concreto. Além disso, a regulamentação da profissão é uma necessidade urgente, cuja luta é árdua e necessária. Todos estamos convocados a ela, e que não nos falte a sensibilidade de enxergar “com a ponta dos dedos e os olhos do coração”.

Referências

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. A formação de áudio-descritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. *In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 93-105.*

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva e Educação, 2017.

BRANDÃO, Israel Rocha. **Afetividade e transformação social**: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 5156/2013**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de audiodescritor. Distrito Federal: Brasília, Câmara dos Deputados – Palácio do Congresso Nacional, 2013. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=567767>. Acesso em: 1 abr. 2020.

CBO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], Brasília: DF, 2002. Disponível: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Trabalho original publicado em 1872.

FISCHER, André Luiz. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. *In: FISCHER, André Luiz; FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002. p. 11-34.*

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 23-42.*

GONZALÉZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977.

HELLER, Agnes. **Teoria de los sentimientos**. Ciudad de México: Coyoacán, 1993.

HELLER, Agnes. **La memoria autobiografica**. Roma: Castelvecchi, 2017.

HELOANI, José Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNONE, Leila Rentroia. **Com a ponta dos dedos e os olhos do coração**. São Paulo: Editora do Brasil, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NAZARI, Ana Clara Gomes; NAZARI, Juliano; GOMES, Maria Aldair. Tecnologia Assistiva (TA): do conceito a legislação – discutindo a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação e inclusão de pessoas com deficiência. *In*: V CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR E I ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR, 2017, Uberlândia. **Anais do V Congresso de Psicopedagogia Escolar**. Uberlândia: UFU/FACED/GEPPE, 2017. p. 1-16.

PILATI, Ronaldo. História e importância de TD&E. *In*: BORGES-ANDRADE, Jairo; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana (org.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 159-176.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

QUEIROZ, Marco Antônio. Prefácio. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a

redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SEEMANN, Paulo Augusto Almeida. A produção de roteiros de áudio-descrição de vídeos feita por iniciantes: dificuldades comuns e sugestões para evitá-las. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, publicação contínua, p. 1-22, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Regiane Cristina de. **Identities**: nas bordas do trabalho e das deficiências. Orientador: Eduardo Augusto Tomanik. 2019. 116f. Tese Não Publicada (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

TOMANIK, Eduardo Augusto. Procurando conhecer e entender as emoções. *In*: **VI Congresso Internacional de Psicologia (CIPSI)**, 2015, Maringá. **Anais eletrônicos [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM) 2015. p, 1-22.

TOMANIK, Eduardo Augusto; SOUZA, Regiane Cristina de. Representações sociais: políticas e afetos nos processos educacionais. *In*: YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías Batista; SANTOS, Annie Rose (org.). **Psicologia e educação**: interfaces com as representações sociais. Curitiba: CRV, 2017.

VARGAS, Miramar Ramos Maia Vargas; ABBAD, Gardênia da Silva. Bases conceituais em treinamento, desenvolvimento e educação – TD&E. *In*: BORGES-ANDRADE, Jairo; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. 4. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Trabalho original publicado em 1934.

WAGNER, Wolfgang. Sócio gênese e características das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000. p. 3-25.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Noili Demaman*

Submetido em 12/04/2020

Aprovado em 15/09/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)